

Unidade Curricular: **8437510 – Direito da União Europeia**

Ano 1 Semestre 2 Área CNAEF: 380 ECTS: 5,0

Tipo de Unidade Curricular: Obrigatória Modo de Ensino: A distância Língua de Trabalho: Português

DOCENTE RESPONSÁVEL: Emílio Kafft Kosta

TEMPO DE TRABALHO DO ESTUDANTE EM HORAS

| HORAS TOTAIS | Horas de Contacto | | | | | | | | Horas de Trabalho Autónomo |
|--------------|--------------------|-----------------------------|------------------------------------|------------------------|---------------|-------------|--------------------------|-----------|----------------------------|
| | Ensino teórico (T) | Ensino teórico-prático (TP) | Ensino prático e laboratorial (PL) | Trabalho de campo (TC) | Seminário (S) | Estágio (E) | Orientação tutorial (OT) | Outra (O) | |
| 125 | | 15 | 15 | | | | 30 | | 65 |

Pré-requisitos (se aplicável): <<Máximo 500 caracteres>>

OBJETIVOS EDUCACIONAIS / RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

Pretende-se que o discente, no final da u.c.,:

1. Conheça a história do processo integracionista europeu;
2. Conheça a dimensão institucional da União Europeia e os respectivos pilares normativos,
3. Pôr o DUE em diálogo sistemático com o Direito dos Estados-membros;

De particular importância se revela o problema da aplicação do Direito da UE, quer pelo legislador nacional, quer pela respectiva Administração Pública, quer pelos tribunais nacionais;

4. Domine os direitos e deveres relativos à “cidadania” europeia, bem como a tutela dos direitos fundamentais no TUE.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Introdução: “Direito da União Europeia”: Questões epistemológicas.

Cap. I - Europa na história: Entre mito e ideia integradora.

Cap. II - Visão dinâmica e panorâmica do Direito Primário do projecto integracionista

Cap. III - O projecto europeu à luz das directrizes normativas do TUE.

1. Os Três Pilares da UE, segundo o TUE.

Cap. IV - Os objectivos, instituições, órgãos e personalidade jurídica da EU e da Comunidade.

1. Instituições da União Europeia:

2. Diversos Órgãos e Organismos:

Cap. V - Procedimentos de Decisão da União Europeia

Cap. VI - Princípios fundamentais da EU

Cap. VII - Direitos e deveres relativos à cidadania da União.

Cap. VIII - Tutela dos direitos fundamentais no TUE.

Cap. IX - Fontes do Direito Comunitário e da União.

DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS COM OS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

O aluno deve: Compreender a noção e história da UE e do processo de integração europeia; Ter uma visão rigorosa da estrutura e funcionamento da UE e dos respectivos órgãos; uma ideia global e rigorosa dos principais instrumentos normativos que regem as comunidades e a UE; Compreender os princípios fundamentais da UE; tutela dos direitos fundamentais na UE; Aprender as conexões entre o direito da UE e o nacional.

MÉTODOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O ensino assentará em sessões síncronas, com exposição de conteúdos análise e resolução de casos práticos, apresentações e análise de peças jurisprudenciais e artigos de investigação, assim como estudo orientado, com recurso às novas tecnologias. A disponibilização de materiais, informações e conteúdos assentará na respetiva Página na plataforma Moodle, que será também utilizada a interação entre os docentes e os estudantes. As aulas práticas serão sobretudo destinadas ao debate de temas e à realização de exercícios de aplicação de conhecimentos. Acrescem ainda orientações tutoriais para um acompanhamento individualizado.

DEMONSTRAÇÃO DA COERÊNCIA DAS METODOLOGIAS DE ENSINO COM OS OBJETIVOS DAS APRENDIZAGENS*

As metodologias de ensino adotadas têm como objetivo fornecer aos alunos uma sólida formação teórica e, cumulativamente, estimular a sua capacidade de desenvolver competências autónomas e análise crítica.

Para tanto, conciliamos uma modalidade mais clássica de abordagem aos tópicos, a cargo do professor, com leituras orientadas e com trabalho autónomo do aluno sobre situações reais, encorajando-se sempre o debate e a diversidade.

Uma metodologia centrada na aprendizagem promovida pela aplicação prática dos conhecimentos obtidos, mediante a resolução de problemas e casos práticos a serem resolvidos pelos estudantes, nomeadamente a análise de peças processuais e de situações presentes no quotidiano da profissão.

Estas metodologias permitem atingir os objetivos definidos, quer no plano dos conhecimentos a adquirir, quer no do desenvolvimento de competências.

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Existem três tipologias de avaliação distintas: (i) Avaliação Contínua; (ii) Avaliação por Exame Final; e (iii) Época de Recurso.

1) Avaliação contínua: através da realização de testes e trabalhos de avaliação, individuais e/ou em grupo, e de uma prova oral, com os requisitos e ponderações enunciadas no Guia de Funcionamento. Da soma destes elementos de avaliação resultará uma nota que é suscetível de recurso ou de melhoria. A nota da prova oral é eliminatória.

2) Avaliação final: através da realização de uma prova escrita e de uma prova oral. A realização desta prova escrita e prova oral não depende da prévia realização de qualquer um dos elementos de avaliação contínua. A nota obtida nesta fase é suscetível de recurso ou de melhoria em Época de Recurso. A nota da prova oral é eliminatória.

3) Época de Recurso: através da realização de um exame oral que conta 100% da nota. A realização deste exame não depende da prévia realização de qualquer outro elemento de avaliação.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

BAPTISTA, Eduardo Correia – Direito Internacional Público: conceito e fontes. Reimp. vol I. Lisboa: AAFDL, 2015. Vol. II, 2015.

DUARTE, Maria Luísa - União Europeia: Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária. Coimbra: Almedina, 2011.

DUARTE, Maria Luísa – Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI. Lisboa: AAFDL, 2016.

KANT, Immanuel – A Paz Perpétua e outros Opúsculos. Lisboa: Edições 70, 2013.

MACHADO, Jónatas - Direito da União Europeia. 3.ª ed. Coimbra: 2018.

MARTINS, Ana Maria Guerra – Manual de Direito da União Europeia. 2.ª ed. Coimbra: Almedina, 2017.

MESQUITA, Maria José Rangel de - Introdução ao contencioso da União Europeia, 3ª ed. Coimbra: Almedina, 2018.

QUADROS, Fausto de - Direito da União Europeia, 3.ª ed.. Coimbra: Almedina, 2018.